

Ditadura militar e sociedade: a inserção da Igreja Presbiteriana do Brasil em questões políticas e sociais no Brasil entre 1962 a 1964

MÁRCIO ANANIAS FERREIRA VILELA*

É importante ressaltar que a Igreja Presbiteriana do Brasil não atua de modo isolado em relação a outras denominações evangélicas e católica¹. Nem mesmo sua ação acontece de maneira homogeneia, em bloco, no que tange ao envolvimento social e ao papel que deveria assumir na sociedade. Esse é um momento onde é possível observarmos outras Igrejas protestantes (Metodistas, Luteranas e Batistas) interagindo política e socialmente. (SILVA, 1996: 129-142). Ao mesmo tempo, temos também parte significativa da Igreja Católica comprometendo-se com uma posição ativa frente às questões sociais e políticas no Brasil e na América Latina. (LOWY, 2007). Para além desse envolvimento acima mencionado por parte da IPB como grupo civil, tentaremos problematizar algumas outras questões. Como o apoio dessa instituição ao golpe civil e militar de 1964. Interação/apoio que em muito se aproxima daquela realizada por grupos da Igreja Católica e da CNBB aos militares.

Ao mesmo tempo, no nosso entendimento, esse movimento por parte da IPB e das demais Igrejas no Brasil – seja no seu envolvimento político-social, ou em relação aqueles que defendiam a não participação ativa da instituição nesses assuntos – apresenta-se de maneira ainda mais complexa. Isso por que como veremos a seguir, inúmeros fios se apresentam compondo essa complexa teia de relações. Um exemplo do que estamos salientando, é o fato de não poderemos desvincular essas instituições religiosas de dois importantes aspectos que permeia os embates políticos no Brasil nesse momento: conservação do *status quo* e o processo de mudanças socioeconômicas e políticas. (PORFÍRIO, 2009). Assim, não sendo a IPB uma ilha, um corpo estranho,

* O autor é mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco, onde atualmente é bolsista da FACEPE e desenvolve seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em História.

¹ É importante ressaltar que o uso do termo *instituições protestantes* utilizado ao longo deste trabalho, é entendido aqui como um conjunto de grupos evangélicos que se estabelecem no Brasil durante o século XIX, proveniente do trabalho de missionários europeus e norte-americanos no Brasil. Proveniente deste trabalho missionário, destacamos principalmente os batistas, metodistas, presbiterianos, luteranos.

algo que se encontra fora da sociedade, ela se relaciona e interage de maneira intensa com esses conflitos. Para tanto, é preciso visualizar a Igreja Presbiteriana não apenas como uma instituição religiosa, mas em sua dimensão política e atuação em relação ao Estado.

A IPB: as questões sociais e políticas

Essa participação/envolvimento da IPB em questões sociais foi tratado em entrevista, concedida a revista *Ultimato* em 2006 pelo sociólogo presbiteriano Waldo César, que durante o período de 1962 a 1964 era secretário executivo do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da extinta Confederação Evangélica do Brasil (CEB)². Afirma que

com o apoio teológico de Richard Shaull, foi criada, em 1955, a Comissão de Igreja e Sociedade, constituída por líderes de várias igrejas. Inicialmente autônoma, um ano depois foi incorporada à CEB, transformando-se no Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Não foi fácil conciliar idéias novas, até certo ponto revolucionárias, para as igrejas membros da CEB; porém conseguimos, nos dez anos de existência do Setor, realizar quatro consultas nacionais, cuja evolução indica a trajetória de compromisso e envolvimento com a realidade brasileira... E em 1962, ano de muitos tumultos sociais e preparação do golpe militar, realizamos a quarta consulta, em Recife, PE, área de grandes conflitos, sob o tema 'Cristo e o processo revolucionário brasileiro'. Esta ficou conhecida como a Conferência do Nordeste. (CÉSAR, 2007: 51-52).

Aqui o autor entende que o ano de 1962 ocorreu à preparação para o golpe de 1964. Ou seja, o golpe teria sido definido e preparado anteriormente, em 1962. Era algo previsto.

² A Igreja Presbiteriana do Brasil até a década de 1960 das seis denominações que integrava a CEB, fundada desde 1934

Um futuro presente, uma espécie de história previsível, teleológica, que daria conta do futuro.

Esta participação da IPB nos debates sobre a política nacional e as questões de cunho social parece em alguns momentos ultrapassar as fronteiras institucionais. Isoladamente, mas apresentando-se como algo já bastante comum, é possível encontrarmos alguns pastores e membros da IPB tendo uma participação ativa em organizações como as Ligas Camponesas. (DABAT, 2007: 571-575). Essas ações foram citadas pelo líder da Ligas Camponesas, Francisco Julião. Em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas em 1982, afirma que

havia outros, como João Pedro Teixeira, que foi d Sapé. Era um pastor protestante, com muita vocação para trabalhar com os camponeses... Eu os convoquei... eles pregavam a Sagrada Escritura, em geral o Velho Testamento, que é muito bom para isso. Para o problema camponês, os profetas são melhores do que os apóstolos, estão muito mais ligados a terra, são mais radicais, mas conseqüentes na luta pela terra... Muitos presidentes de ligas foram realmente pastores protestantes. (JULIÃO, 1982: 97-98).

Francisco Julião menciona a participação de inúmeros pastores protestantes atuando diretamente nas Ligas Camponesas, sobretudo como presidentes e secretários. Cita João Teixeira, que era presbiteriano, e que foi assassinado por sua atuação política.

É importante destacar, que todo esse envolvimento por parte da IPB e de seus pastores e membros em assuntos sociais e políticos enfrentavam resistências e duras críticas. Não havia uniformidade de pensamento e de ações. É possível, pois localizar inúmeros conflitos. Para construirmos um melhor entendimento sobre essa problemática, não podemos perder de vista alguns aspectos presentes naquela instituição, pelo menos naquele momento. Ora, representando um dos maiores segmentos de evangélicos no Brasil, a IPB até o final da década de 1970 era reconhecida como uma Igreja inserida na classe média e alta, sobretudo dos centros urbanos. Desde a sua organização como Igreja, em 1859, construiu seu corpo doutrinário fundamentado nos escritos de João Calvino, principalmente nas Institutas. (CALVINO, 2006). Porém, um dos aspectos conflitante para a IPB delineado por Calvino, versa sobre a participação

dos fies no exercício político e na ocupação dos cargos eletivos. Calvino legitima a participação dos cristãos na política como uma atividade justa e digna. Sobre este aspecto verifica-se uma acentuada divergência e conflito no interior da IPB ao longo da sua trajetória. Segundo o teólogo Rubem Alves, o presbiterianismo no Brasil sempre procurou se opor e se diferenciar do catolicismo. Nesse sentido, tendo em vista a inserção histórica da Igreja Católica nos assuntos político do país, a Igreja Presbiteriana do Brasil, em oposição, manteve-se afastada da política. (ALVES, 1982). Há, portanto, pelo menos até e início da década de 1960, no sentido de inibir a participação dos membros desta instituição na vida política e partidária do país. Para Paul Freston, a participação dos protestantes no Congresso, durante a República, sobretudo antes da década de 1950, era bastante reduzida, “*e o pleno efeito sobre a participação política protestante não se fará sentir até 1986*”. (FRESTON, 1994: 17-38). Essa posição foi sendo reforçada por uma teologia que – segundo o teólogo Rubem Alves – procura estimular incessantemente certa passividade para com as questões políticas e em relação às posições e condições sociais do grupo e da sociedade em sua totalidade. (ALVES, 1982).

Analisando o órgão de imprensa oficial da Igreja, o jornal Brasil Presbiteriano, essa posição teológica foi crescentemente combatida na década de 1950 e início da década de 1960. Influenciados pela teologia do Evangelho Social formulado por teólogos europeus e estadunidenses - que já na década de 1940 estavam repensando o papel das Igrejas evangélicas na sociedade - setores significativos da IPB chamam a atenção para a responsabilidade social da Igreja, tendo em vista as rápidas transformações sociais, políticas e econômicas por que passava o Brasil. (MATTOS, 1965). Este grupo, desejoso por mudanças de comportamento da Igreja consegue aprovar na XXV reunião ordinária do Supremo Concílio de 1962, realizado na cidade do Rio de Janeiro, a resolução nº 200 intitulada de Pronunciamento Social da Igreja. Dentre as várias diretrizes, que de um modo geral enfatizava uma Igreja social e politicamente responsável, este pronunciamento de 1962 incentivava “*seus membros a assumirem uma cidadania responsável, como testemunha de Cristo, nos Sindicatos, nos Partidos, nos Diretórios Acadêmicos, nas Fabricas...*” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970).

Para uma parte significativa da historiografia, estavam demarcados os territórios entre os que acreditavam que a Igreja precisava assumir um compromisso político e social, e aqueles que afirmavam que a responsabilidade política e social é função do Estado, e que o papel fundamental da Igreja seria garantir a salvação eterna, princípio de toda a transformação social, política e econômica da sociedade. (NOGUEIRA, 1965).

É, portanto, no jornal Brasil Presbiteriano, que os embates tomam forma de agressões mútuas, principalmente no início da década de 1960. Este ambiente de tensão foi apresentado pelo redator-chefe deste jornal, Domício P. Mattos, ao afirmar que: “*de um lado, os conservadores extremados, defensores das velhas tradições, inimigos de qualquer renovação... ; de outro, os também extremados que ameaçam derrubar tudo, anular o passado e começa de novo...*”. (BRASIL PRESBITERIANO, março de 1962: 05). Este extremismo é exageradamente verificado até 1964, quando temas como a reforma agrária, crise social e política, Igreja e sociedade, cristianismo, reformas de bases, comunismo e anticomunismo, entre outros, freqüentemente entravam na pauta daquele periódico.

Podemos afirmar que no início da década de 1960, setores tidos como conservadores e de direita da IPB, estavam empenhados na manutenção do *status quo* (a aceitação das posições e condições sociais dentro e fora da Igreja). Apresentam-se preocupados e amedrontados com o crescente avanço comunista nas Igrejas e com a possibilidade de concretização das reformas de bases. E responsabilizavam os defensores do Evangelho Social por divulgarem tais idéias e reformas. As discussões acerca das reformas de bases no interior da IPB eram constantemente combatidas por este grupo:

aquilo que se convencionou chamar de poder espiritual... anda agora metendo o bedelho em reformas agrárias, tributárias econômicas, administrativas e que mais reforma exista, sem se dar conta que a esfera desse poder é outra. (BRASIL PRESBITERIANO, outubro de 1963: 01).

Feito este caminho, compreendemos ainda mais que a complexidade desses embates não nos permite realizarmos uma abordagem isolada dos conflitos presentes no Brasil naquele momento. Eles estão imbricados, misturados. Como já temos apontado

em grande medida ao longo do texto, não podemos perder de vista que a intensificação desses conflitos na IPB encontra-se entrelaçada com o momento político em que vivenciava o Brasil, no período por nos abordado. Nesse sentido, dois aspectos se apresentam como fundamentais e intimamente ligados: as propostas de mudanças que permeiam esse início de década, e os esforços realizados por parte dos segmentos, principalmente, mais conservadores da sociedade em manter o *status quo*.

Um artigo que em muito nos ajuda a construir um entendimento sobre este aspecto é o da Vasni de Almeida. Ela faz referências aos metodistas e suas relações com o golpe militar de 1964. Mesmo pensando outro grupo de evangélicos, podemos estabelecer algumas conexões com o vivenciado pela IPB entre 1962 a 1964. Pois ela entende, que

não podemos focar o comportamento dos metodistas quanto ao golpe senão pelas posturas anunciadas no campo da polarização mudança/conservadorismo, tão em voga no período... É no embate conservadorismo/mudanças que encontramos a chave enunciativa das atitudes desses evangélicos quanto à rejeição ou adesão ao golpe. As vozes que ecoaram no meio revelam tendências... Alguns compreenderam o golpe como um retrocesso, outros como alternativa à crise. (ALMEIDA, 2009: 54-55).

Ora, essas tendências, esse conflito permearam fortemente a IPB não apenas durante o golpe civil-militar. Podemos assim afirmar que esses embates parecem se intensificar a partir de 1962. Essa intensificação influencia e é influenciada mutuamente pelos conflitos presentes em outros grupos sociais. Trata-se mesmo de uma complexa relação. Mistura-se, homogênisase. Baseando-se em grande medida no que pensa Moniz Bandeira sobre as forças conservadoras em relação ao golpe de 1964, Vasni Almeida afirma

que as classes médias conservadoras se aglutinaram para explicitar sua fúria contra as reformas. Estrategicamente, o discurso conservador das entidades antirreformistas não mirava o presidente e nem as propostas reformistas, pois as mesmas eram bem recebidas pelas populações

pobres, mas se voltava para o sentimento religioso dos brasileiros... Sutilmente, os conservadores desviavam o foco de suas investidas, ao alardearem que as reformas não chegavam a ser um problema, mas sim o comunismo embutido em seus princípios. (ALMEIDA, 2009: 57).

Com esta citação, a autora procura estabelecer aproximações/homogeneizações com o conservadorismo de um importante segmento religioso na IPB. O conservadorismo presente na IPB não tem uma natureza e/ou uma explicação divina, extraterrena, como procurava afirmar seus representantes, ele encontra-se em sintonia com uma racionalidade que permeia vários grupos sociais no Brasil. É esta sintonia que a aproxima dos militares em apoio ao golpe de 1964. Comprometimento que de uma maneira apressada podemos afirmar que se estende ao longo do regime militar.

A IPB e o golpe civil-militar de 1964: algumas considerações

Já nos primeiros anos da década de 1960, é possível constatarmos ensaios de comprometimento entre setores da IPB e segmentos militares. Vários discursos publicados pelo jornal Brasil Presbiteriano defende a necessidade de uma intervenção armada no Brasil, pois “*precisamos de homens de caráter... coloque-se nos postos chaves do país homens deste alto coturno e tudo mudará de figura e de rumo como por encanto*”. (BRASIL PRESBITERIANO, março de 1962). Em Pernambuco, o jornal Diário de Pernambuco de 09 de setembro de 1962, na coluna Evangelismo, divulga a realização de um culto solene na Igreja Presbiteriana da Boa Vista para a “*posse da Diretoria da Associação dos Militares Evangélicos, para o qual foram convidados oficiais e praças do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar*”. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, setembro de 1962).

Esse sentimento, esse apelo aos militares era algo que circulava no meio evangélico quase como um todo. Pelo menos, podemos afirmar que existia um amplo movimento interdenominacional de combate as reformas sociais. De combate as mudanças como aquelas apresentadas durante o governo Goulart, mudanças que levaria o Brasil a ser dominado pelos comunistas. Este medo é descrito com bastante riqueza de

detalhes e precisão numa recente autobiografia de um pastor batista, Enéias Tognini. (TOGNINI, 2006). Afirma categoricamente que o comunismo chinês estava rondando o Brasil em vários setores da sociedade: na política, no governo e na classe operária. Ou seja, tudo estava preparado para o comunismo dominar o Brasil. Qual a providência a ser tomada? Orar a Deus e esperar sua resposta, afirma Tognini. Tomava como exemplo o que ocorreu nos Estados Unidos, quando enfrentavam a Guerra de Secessão. Ali, em princípio de 1963 o Senado dos EUA solicitou ao presidente Lincoln que chamasse a nação para se humilhar diante de Deus em um dia de jejum e oração, para que Deus tivesse misericórdia. Ficou determinado que o dia do jejum e oração fosse 30 de abril de 1863. Continua Tognini,

dispensa dizer que o povo buscou a Deus, humilhou-se diante de Sua Majestade e Poder, em saco e em cinza. Deus ouviu o clamor do seu povo e abençoou a grande nação. E dos frutos daquela indizível bênção, o nobre povo irmão ainda hoje goza... Hoje a bênção carece de repetição... Aqui Deus nos daria também a vitória sobre o comunismo... E o que tem a ver o que se passou no país irmão do norte, há um século, com a presente situação do nosso Brasil? Intima relação. (TOGNINI, 2006: 149-166).

Tognini parece não escapar a uma concepção de história linear, onde passado é tomado como exemplo para o presente. Esse passado se apresenta imbuído de um caráter pedagógico. Ou para citar Reinhart Koselleck, uma história como *mestra da vida*. Ou seja, “*a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico*”. (KOSELLECK, 2006: 42). Assim, continua Tognini procurando estabelecer aproximações, desta feita, entre o Brasil e a China: “*há semelhança alarmante entre as condições da China daqueles dias [revolução chinesa de 1948, grifo nosso] com as atuais do Brasil. O clima aqui é propício para um rude golpe de um momento para o outro*”. (TOGNINI, 2006: 158).

Para Tognini, o comunismo se apresentava como uma força espiritual, e era assim que deveria ser combatido. Ou seja, com muita oração e jejum. Para tanto, desenvolveu uma campanha a nível nacional em 1963, buscando envolver várias denominações evangélicas no combate ao comunismo. Com o apoio de parte da

imprensa (canais de TV, rádios e jornais) que passou a divulgar e apoiar as ações dessa campanha foi escolhido 15 de novembro de 1963, para um dia de jejum e oração. Pois segundo Tognini,

e quem resolverá o problema do Brasil? A substituição de ministérios? A reforma Agrária? Modificações em nossa Constituição? O incremento da indústria? Certo que não! Na presente conjuntura, e nessa hora sem precedentes na história da nação brasileira, Deus, somente Deus, o Grande Deus poderá resolver os problemas todos de nosso estremecido Brasil. (TOGNINI, 2006: 158).

Nesse sentido, para Tognini o dia 15 de novembro de 1963 foi fundamental para salvar o Brasil do perigo representado pelo comunismo. Pois Deus ouviu as orações do seu povo, e cuja resposta não tardou, pois “*Deus respondeu ao clamor do seu povo com 31 de março de 1964*”. (TOGNINI, 2006: 164).

Como vimos este posicionamento e envolvimento nos assuntos políticos, sobretudo com o crescente apoio a Ditadura Militar, era apresentado por vários segmentos das Igrejas protestantes, sobretudo setores mais conservadores, como uma ação salvacionista, de ordem teológica, e não política. No que tange especificamente a IPB, Valdir Gonzales afirma na sua dissertação de mestrado que

houve uma correlação de mentalidade e expectativa que permeavam o cenário sócio-político brasileiro e o religioso presbiteriano, o que fez com que os Militares fossem encarados como uma espécie de salvadores da nação. (PAIXÃO JUNIOR, 2000: 163).

Sobre essa rede social que se forma em 1964, José Ferreira de Lima Junior, analisando o Protestantismo e o golpe militar de 1964 em Pernambuco, entende que “*o golpe militar encontrou nos protestantes um eficiente aliado*”. (JUNIOR, 2008).

É pensando neste comprometimento com segmentos militares que procuramos compreender a participação de várias Igrejas Presbiteriana nas *Marchas da Família com Deus e pela a Liberdade* ao lado de católicos e de outros segmentos evangélicos. (ARAÚJO, 1985: 54). Segundo Daniel Aarão, essa Marchas era um movimento

bastante heterogêneo capaz de reunir em todo o país milhões de pessoas, e “*foram fundamentais para legitimar as posições favoráveis à intervenção militar golpista*”. (REIS FILHO, 2004: 38-39). No dia 09 de abril, a Igreja Presbiteriana da Boa Vista (IPBV) registra na Ata da instituição sua presença neste evento civil, que conta com aproximadamente 200 mil pessoas. (BORGES, 2001: 128). O próprio Conselho desta Igreja chegou a registrar um voto de louvor ao seu Reverendo, Josibias Marinho, pelo discurso realizado para um grupo de senhora da alta sociedade sobre a importância deste movimento. No Recife, inúmeras denominações evangélicas endossaram as fileiras dessas Marchas. Esse era, portanto, um movimento que agregava segmentos conservadores da sociedade, e um forte apelo religioso. Para Vasni de Almeida,

a demonstração de coesão das forças conservadoras veio com as marchas da Família com Deus pela Liberdade, que reuniram, antes e depois do golpe, centenas de milhares de pessoas... o comunismo, a corrupção e o sentimento religioso do povo brasileiro foram alçados a condição de símbolos para a derrubada do governo Goulart. (ALMEIDA, 2009: 57).

Com o golpe, setores da IPB - em detrimento daqueles que defendiam a participação ativa da Igreja nos assuntos sociais e políticos - passaram a definir com mais precisão suas linhas de atuação e compromisso com a atual situação política do país. Para Silas Luiz de Souza, em artigo intitulado *A IPB e o governo militar de 1964*, afirma que “*com o golpe militar a luta contra o comunismo passou a fazer parte da linha editorial do jornal da denominação... Dá-se espaço para os que propunham expurgos dos hereges, dos comunistas, dos ecumenistas*”. (SOUZA, 2004: 114). No referido jornal - Brasil Presbiteriano - encontramos alguns discursos que deixa transparecer como esses segmentos conservadores perceberam as ações militares de 1964. Para esse grupo,

todos os verdadeiros cristãos estão regozijando com os resultados da gloriosa revolução de marco-abril: o expurgo de comunistas e seus simpatizantes, da administração do nosso querido Brasil... Deus agiu na hora certa. (BRASIL PRESBITERIANO, maio de 1964: 07).

Passado esse momento inicial, o aprimoramento destas relações poderá ser observado durante as comemorações do 1º aniversário do golpe civil-militar, nomeado pela Igreja de Revolução *Redentora e/ou gloriosa revolução*. Em matéria de 02 de abril de 1965, o jornal do Comércio divulga a realização de um culto de agradecimento pela presença militar no Brasil organizado pela Igreja Presbiteriana da Boa Vista, com a participação de representantes das forças armadas e vários políticos locais. (DREIFUSS, 2006). Em seu boletim dominical, esta Igreja afirma que o culto não rende graças a Deus

pelo sofrimento dos que foram vítimas das doutrinas marxistas e sofreram as conseqüências de seus erros, talvez alguns enganados, mas por estarmos em clima de liberdade, quando poderíamos nos encontrar na triste situação de Cuba... (BOLETIM, 1965).

Podemos afirmar que no início da década de 1960 partes destes segmentos da IPB, reconhecidos como grupos de direita, começam pouco a pouco a influir nos assuntos políticos do país. Posição que antes era desencorajada por este grupo de uma maneira quase unânime. Vai se projetando um sentimento de que era necessário e urgente salvar a Igreja e o Brasil, salvação que virá em abril de 1964. Este sentimento permeia intensamente outros grupos (empresários, militares e intelectuais) e de certo modo contribuiu para formar uma ampla rede social pró-militares em 1964, como descreve René Dreifuss em seu livro *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Pensando nessa compreensão de Dreifuss sobre o envolvimento dos grupos civis com golpe de 1964, podemos construir um diálogo com setores da IPB que foram motivados a participarem ativamente dessa ampla rede social de legitimação e de comprometimento com o golpe civil-militar de 1964.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Vasni de. *Os metodistas e o golpe militar de 1964*. Revista Estudos de Religião, v. 23, n. 37, jul./dez. 2009.

ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. São Paulo: Ática, 1982.

ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueira*. Instituto Superior de Estudos da Religião: Rio de Janeiro, 1985.

Boletim interno da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, 1965.

BORGES, Pinho. *A saga do carvalho: estudo iconográfico da Igreja Presbiteriana da Boa Vista*. Recife: Comunigraf, 2001.

CALVINO, João. *As Institutas: edição clássica*. Trad. Waldyr Carvalho Luz. 2º edição. São Paulo: editora Cultura Cristã, 2006, vol. IV.

CÉSAR, Waldo. *Sociólogo relembra a abertura dos evangélicos para a realidade social brasileira nos anos 60*. Revista Ultimato, ano XL, n. 305, Viçosa, março-abril, 2007.

Crônica da Conferência do Nordeste promovida pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Recife, 22/29 de julho, 1962.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

Digesto Presbiteriano. Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva 1961-1970. Casa Editora Presbiteriana.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

Entrevista de Francisco Julião ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1982.

Entrevista de Francisco Julião ao Pasquim, intitulada *Um pau-de-arara no exilo*.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

Jornal Brasil Presbiteriano.

Jornal Diário de Pernambuco.

JUNIOR, José Ferreira de Lima. *Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco: uma análise da Cruzada da Ação Básica Cristã*. Dissertação de mestrado apresentada no Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UNICAP, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro e passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOWY, Michael. *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação* IN FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATTOS, Domício Pereira. *Posição social da Igreja*. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Praia, 1965.

NOGUEIRA, Alcides. *O “evangelho social” e a igreja de Cristo*. Rio de Janeiro: editora Casa Publicadora Batista, 1965.

PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzales. *A era do trovão: poder e repressão na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978)*, p. 163. Trata-se de uma dissertação de mestrado apresentada no Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SILVA, Elizete. *Protestantismo e questões sociais*. Revista Sítienbus, Feira de Santana, n. 14, 1996.

SOUZA, Silas Luiz de. *A IPB e o governo militar de 1964*. Revista Teológica, v. 64, n. 57, janeiro-junho, 2004.
Revista Sítientibus, Feira de Santana, n. 14, 1996.

TOGNINI, Enéas. *Enéas Tognini – a autobiografia*. São Paulo: Hagnos, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória* IN MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.